

13/11/2020

APEOESP

131

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

Reuniões técnicas entre a APEOESP e SEDUC discutem atribuição de aulas e a LC 173/2020

Conforme decidido em reunião com o Secretário da Educação no dia 4/11, realizaram-se nesta sexta-feira, 13/11, duas reuniões técnicas entre a APEOESP e a SEDUC.

Atribuição de aulas

Na reunião sobre o processo de atribuição de classes e aulas, a equipe da SEDUC informou que:

- A atribuição em nível de unidade escolar continuará por enquanto a ser processada manualmente. Porém, a fase de Diretoria de Ensino será realizada pelo sistema on-line, alimentado pelos próprios professores.
- O(a) professor(a) indica a turma que quer, o ano, o período. Apenas não haverá ainda no sistema o horário de cada aula; apenas o período.
- Será publicado no Diário Oficial deste sábado, 14/11, o cronograma de atribuição. Será realizada de 4 a 23/12 para titulares de cargo e categorias P, N e F (estáveis). A atribuição para contratados será realizado provavelmente na terceira semana de janeiro de 2021.

Secretaria de Comunicação

Tão logo seja publicado o cronograma, a APEOESP o divulgará, com as devidas orientações, no que couber.

A APEOESP também publicará, como faz todos os anos, a Resolução de Atribuição de Aulas, com comentários e orientações.

Reajuste salarial e contagem de tempo para quinquênios e sexta-parte

Nesta reunião, que analisou as restrições que a Lei Complementar impõe aos entes federados que recebem auxílio financeiro da União no período da pandemia até 31/12, como não concessão de reajustes, suspensão de contagem de tempo para benefícios da carreira, suspensão de concursos e outras, a equipe da APEOESP transmitiu o entendimento da entidade:

A Constituição Federal, no inciso C do artigo 37, determina a revisão anual de salários. Evidentemente, a Constituição se sobrepõe à legislação ordinária.

A Lei do Piso Salarial Profissional Nacional determina o reajuste anual do piso salarial do magistério de todos os entes federados. A lei do piso decorre de mandamento constitucional e se sobrepõe às demais legislações em relação à questão salarial.

A LC 173 admite reajustes salariais decorrentes de sentença judicial transitada em julgado. Ora, a APEOESP conquistou o reajuste de 10,15% (relativo ao reajuste do piso salarial nacional de 2017) em todas as instâncias. A sentença somente não transitou em julgado porque o Estado ingressou com recurso excepcional para suspensão do pagamento (já que, no mérito, perdeu todos os recursos).

Em relação à contagem de tempo, o entendimento da APEOESP é o de que essa legislação federal, que diz respeito a um período excepcional de pandemia, não pode retirar dos professores direitos adquiridos em função do plano de carreira da categoria, em vigor. Sobre essa questão, a APEOESP possui ação judicial em tramitação, para toda a categoria.

Fórum de entidades e SEDUC

Para prosseguimento desse debate e busca de saídas que possibilitem eventual reajuste e a efetivação dos direitos dos profissionais da educação, ficou encaminhado que será constituído um fórum com representantes jurídicos e técnicos de todas as entidades representativas desses profissionais, com reunião a ocorrer na próxima semana.

17º Marcha da Consciência Negra - Dandara e Zumbi dos Palmares

Na próxima sexta-feira, 20 de novembro, a APEOESP participará da 17ª Marcha da Consciência Negra, que neste ano celebra a força da história e o heroísmo de Dandara e Zumbi dos Palmares. Organizado pelo Movimento Negro e movimentos sociais, a marcha deste ano tem como mote “Vidas negras importam!, salvar vidas e garantir direitos! Fora Bolsonaro, Doria e Covas”.

A concentração acontecerá às 16 horas, no Vão Livre do MASP (avenida Paulista, ao lado da Estação MASP do metrô). A orientação é que os manifestantes usem máscaras, levem álcool em gel e mantenham a distância social para a garantia de sua saúde e de outros manifestantes.

A coordenação da 17ª Marcha publicou um manifesto – que pode ser lido na íntegra no link <https://www.facebook.com/marchadaconsciencianegra/posts/2764582107147006> -- em que ressalta que a pandemia da COVID 19 desnudou a profunda desigualdade social no País e que o racismo e o machismo matam todos os dias, especialmente mulheres negras, que representam 75% das mulheres assassinadas no 1º semestre de 2020 no Brasil. O manifesto destaca ainda a violência policial praticada contra a juventude negra. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que neste ano houve aumento de vítimas de intervenções policiais e 8 de 10 destas vítimas são negros.